

A CIDADE CAÓTICA: IDEOLOGIA E SIMULAÇÃO DA CRISE DA SOCIEDADE URBANA

Jorge Luiz Barbosa

RESUMO:

O presente artigo objetiva desenvolver uma reflexão crítica a respeito das atuais mudanças na sociedade e suas implicações na paisagem urbana. Buscamos as possibilidades de entendimento das transformações contemporâneas no espaço urbano e das representações do caos em que se explicita o grande *shopping center*, no qual o visual da cidade se transformou.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço, paisagem, representação, caos, urbano.

ABSTRACT:

This article objectes to develop a critical reflexion on the present changes in society and its implications in the making of urban landscape. We search the possible ways in understanding the contemporary transformation in the urban space and the representations of the chaos in wich is explicit the big "shopping center" the city visual became.

KEY WORDS:

Space, landscape, representation, chaos, urban.

O novo século vem sendo anunciado por duas expressões recorrentes: caos e crise. Tais expressões vêm sendo utilizadas, em larga medida, para definir o estágio atual das grandes metrópoles. A visibilidade do colapso do planejamento urbano que se mostra incapaz de evitar o crescimento "desordenado" das cidades, os processos de "desindustrialização" reordenando a estrutura profissional urbana, as elevadas densidades demográficas associadas à insuficiência dos serviços básicos e o crescimento das migrações multiétnicas, são exemplos quase comuns que definem os sintomas do caos provocado pela crise das grandes aglomerações humanas.

Todavia, o amálgama caos/crise que proclama a falência da Metrópole é acompanhado por postulações que anunciam o surgimento de novas formas e conteúdos do espaço urbano. Estas se distinguiriam do modelo arquetípico de espaço organizado sob a insígnia do urbanismo racionalista e globalizador. Essas projeções urbanas, inclusive, já recebem nomes próprios: cidade pós-industrial, cidade informacional, cidade da inovação, cidade do conhecimento etc. Todos esses nomes espelham metaforicamente projetos de cidade e aludem às novas estratégias urbanas que começam a ser implementadas como instrumentos de realização de

uma nova organização espacial da economia e da política.

O propósito do presente ensaio é buscar desvelar a tessitura de novas hegemonias de reordenamento da sociedade urbana contemporânea, processo que vem encontrando na imagem da "cidade caótica" o seu apelo de legitimação política, econômica e estética. Para tanto, exploraremos visões distintas do significado do caos e suas relações com as práticas de reestruturação do espaço urbano em curso.

A estetização da paisagem como negação do caos

A cidade contemporânea como expressão do caos tornou-se uma imagem banal, reproduzindo-se tanto nos meios de comunicação de massa como nas artes plásticas e visuais e, mais recentemente, ganhando páginas nos trabalhos acadêmicos. Isto nos parece uma demonstração inequívoca do vigor da imagem *cidade caótica*, para hegemonizar as representações e interpretações das contradições da sociedade urbana da atualidade. Contudo, não estamos tratando de um jogo de imagens marcadas por aforismos niilistas pós-modernos. A imagem *cidade caótica* vem assumindo um papel significativo na condução de práticas sociais de reordenamento das cidades, cujas conseqüências mais imediatas já começam a se evidenciar, como a produção de novas formas de hegemonia social por meio da remodelação do espaço urbano.

Desenvolver uma crítica radical às representações e interpretações banalizadas da "cidade desordenada" – portanto, caótica – não significa negar que vivemos em um período marcado pelo aguçamento das contradições e conflitos sociopolíticos. Entretanto, é preciso estar atento às leituras correntes da cidade a partir da imagem caos. Estas parecem estar sempre empenhadas em nos apresentar a

cidade como um fermento detestável de desintegração de laços sociais e como espaço da degradação mais profunda da civilidade.

Tais leituras desenham as cidades, sobretudo as cidades-metrópoles, como espaços em decadência, por meio dos quais a pulsão da violência e da morte domina as experiências cotidianas e, com freqüência, significam apelos ao outro extremo da situação: lei, ordem e segurança. Geralmente reclamada pelas classes médias urbanas, a tríade lei-ordem-segurança conforma uma nova fonte de ideologias que estão na base das intervenções urbanas discricionárias da atualidade, cujos fundamentos ideológicos recorrem com insistência à recuperação dos laços sociais/culturais partidos pela anomia do *caos urbano*.

Reclamar uma nova ordem urbana capaz de restaurar a paz do convívio social se tornou um dos mais vigorosos clichês legitimadores das estratégias urbano-arquitetônicas que apelam à restauração e à revitalização das cidades por meio das intervenções pontuais e específicas. Estas sinalizam o abandono das concepções outrora modernas de "remodelações urbanísticas globais" em função da valorização da *comunidade local*. Afirma-se uma nova e pragmática postura urbanística que é definida a partir da argumentação de que é "impossível cuidar das cidades como um todo" sobretudo das grandes metrópoles, "vítimas de seu próprio gigantismo". Portanto, há poucas surpresas na atual ressonância das concepções que definem a cidade como um mosaico de fragmentos e seu cortejo de intervenções urbanas seletivas, orientadas para o resgate – pela requalificação dos lugares – da *memória cultural*, dos *laços de identidade*, da *singularidade histórica*, enfim, da *vida comunitária*, elos considerados indispensáveis para reconstituir a civilidade, a paz social, o progresso e, evidentemente, atrair bons negócios, tecnologia e empregos. Configuram-se táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, no

seu percurso de afirmação, o seu propósito nada oculto de promover o "mercado global" de estilos de vida, serviços e imagens.

Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas que investem na construção de novas centralidades urbanas, a partir de novas hierarquias socioespaciais que se realizam não mais em função de uma (mega) metrópole global expandida, mas em termos de sua dissipação, como um sistema de signos, formas, objetos e funções que se espargiu em diferentes escalas planetárias.

Novos imperativos de eficiência e rentabilidade começam a ganhar corpo nos dispositivos urbanísticos destinados a realizar a *performance* mimetizada dos lugares. A racionalidade econômica redefine o monumentalismo arquitetônico para erigir uma *ética do mérito*, em que o agradável e a segurança jogam papéis decisivos. Nesse percurso, torna-se cada vez mais acirrada a competição entre as cidades, agora mediada pela mobilização do espetáculo – a cenografia gestinária contra o caos – destacando-se em tal estratégia a construção de prédios imensos e *shoppings centers* luxuosos, estilização decorativa de bairros e avenidas. Incluem-se também nesse movimento performático a realização de festivais culturais e eventos esportivos como instrumentos de atração de investimentos financeiros e requalificações urbanas, a exemplo de Atlanta e Sidney (Jogos Olímpicos) e de Lisboa (EXPO 98).

Um novo sentido é atribuído às cidades. Estas não são mais lugares para se habitar. As cidades são tratadas como "ambientes visuais", como se fossem imensos videoclipes publicitários. É nessa direção que se investe e se (re)vestem as cidades com o *design clean* do mobiliário urbano – cabines telefônicas, abrigos de ônibus, caixas postais, luminárias, bancos, lixeiras – destinado a modernizar/disciplinar o uso (mercantil) da paisagem, por meio da concessão de espaços públicos às corporações privadas (a empresa francesa JC Decaux já obteve

concessões para atuar em 23 países). Prefeituras de diversas cidades passam, então, a recortar áreas da cidade e ceder aos interesses das firmas de *design urbano*. E, como contrapartida da criação, instalação e manutenção dos objetos criados, as empresas podem utilizar o "espaço" para fins publicitários. Painéis eletrônicos, *backlights*, luminosos digitais e *banners* recortam horizontes para anunciar seus produtos. Serviços bancários e comerciais, perfumes, refrigerantes, jeans e as modelos das revistas pornográficas desfilam pelas ruas e avenidas transformadas em grandes cenários de exibição. A paisagem é convertida, sob o primado da circulação de imagens, em um *capital móvel* do consumo seletivo e de massa.

Fazendo da paisagem um valor de troca, as corporações empresariais tornam as cidades um grandioso acúmulo de espetáculos publicitários, onde a produção intensiva de imagens é um veículo indispensável à realização dos negócios. O urbano passa a responder diretamente pela estetização da economia política, recodificando o espaço abstrato do mercado no circuito da produção/circulação urbana das mercadorias sob a forma de imagens visuais. Relação que ganha maior visibilidade e coerência quando observamos o encurtamento do ciclo de vida de bens e serviços promovidos pelo emprego crescente da tecnologia e pela expansão do *marketing*: instrumentos propagadores de um consumo cada vez mais voraz e veloz como condição de realização do lucro. Não precisamos de muitos esforços para perceber como as cidades, sobretudo as grandes metrópoles, estão sendo convertidas em hipermercados de símbolos do fetichismo das mercadorias – processo revelador de uma forma particular de *empresariamento* da paisagem como exercício de controle discricionário do espaço urbano e como condição de reprodução do capital.

O novo *design* do mobiliário urbano é introduzido não somente como suporte de um processo intensivo de veiculação, banalização e

realização do mundo das mercadorias. O *design* urbano também compreende o esforço de doar às cidades uma imagem de estabilidade e ordem, necessária e coerente à nova dinâmica do mercado capitalista. É preciso dotar o espaço urbano de um conjunto de representações e situações capazes de constituir lugares excitantes, atraentes, criativos e, o mesmo tempo, seguros para investir, jogar, apostar e consumir. Esse processo de reestruturação urbana vem impondo às cidades um catálogo de formas repetitivas e diluidoras das diferenças socioculturais qualitativas. No seio dos espaços padronizados tudo se torna equivalente e intercambiável e, como nos alerta ÍTALO CALVINO (1990a), decretam contraditoriamente amorfia que pretensamente afirmam combater:

"(...) Nos lugares em que as formas exaurem as suas variedades e se desfazem, começa o fim das cidades. Nos últimos mapas do atlas, diluíram-se as retículas sem início nem fim, cidades com a forma de Los Angeles, com a forma de Kioto-Osaka, sem forma."

É construído um arquétipo de "cidade pós-moderna" como um palimpsesto que se reproduz pelo mundo afora. Nem Nova York ou Los Angeles, muito menos Paris ou São Paulo podem ser tomadas como referência. Talvez todas elas misturadas. Ou provavelmente Cingapura. Cidade-clichê do capitalismo financeiro, com suas torres de vidro e aço lançando suas sombras sobre os bazares indianos e chineses. Cidade-pastiche, onde a velocidade dos carros luxuosos mistura-se ao cheiro de incenso das ruas. Cidade-real, onde a luxúria do dinheiro ocidental aparece entrelaçada à brutal pobreza orienta (TRIGO, 1989, p.203-220).

Dessa mesma matriz urbanística são os esforços de reconstituição das singularidades histórico-culturais dos lugares, que não ultrapassam mais o seu papel de *remake* da pai-

sagem. A recomposição de fachadas de casas e prédios consideradas tradicionais, a organização de corredores culturais e bairros estilizados com cores e formas do passado emprestam à paisagem um certo sentido bucólico (e *retrô*). No entanto, a pretensa recuperação da "memória histórica" revela-se como um processo de *mu-seificação* estético-mercantil de ruas, praças e bairros, cujo propósito maior é servir mais como *playground* cultural para a expansão da indústria do turismo do que propriamente revitalizar ou consagrar tradições populares. Não é uma raridade o patrimônio histórico e cultural ser transformado em um álibi para expulsão de populações locais e, assim, estabelecer novos usos às formas tradicionais. O Pelourinho (Salvador-BA) é um caso exemplar desse processo de substituição social, pois a *requalificação urbanística* implicou a transferência de 90% dos seus antigos moradores.

O *design* urbano e revitalização estética das lembranças apontam para um novo momento da *arte pública*, pois, ao projetar e realizar novos jogos sógnicos na paisagem, participa na (re)funcionalização estimuladora de projetos imobiliários privados. Por meio da força dos apelos estéticos *do revival arquitetônico do ferro fundido e tijolos vermelhos*, reproduzem-se as práticas mercantis de reapropriação classista do espaço, inclusive dos espaços considerados marginais e/ou decadentes. Fauniel Hall e Fau Pier (Boston), South Street (Nova York) e Princess Street (Glasgow) são expressões da construção de paisagens-clichê que combinam o falseamento do passado com o domínio privado dos yuppies.

O *mapa* das cidades com as suas significações complexas e inesperadas começa a ser reduzido a um mero catálogo de sítios e situações transformados em espetáculos de uma *arte pública* cúmplice da atual reestruturação mercantil do território urbano. Por outro lado, a grafia indesejável das diferenças presentes no espaço urbano é diluída ou apagada no esforço de doar *alma às cidades da amorfia*.

Contudo, o embelezamento estratégico da paisagem combina e exige dispositivos disciplinares capazes de garantir controle e a repressão de situações inesperadas. Não causa espanto que a estetização da paisagem seja acompanhada do desenvolvimento de uma engenharia *soft* de segurança que, do uso do GPS até as câmeras de vídeo, vigiam e registram o movimento cotidiano em diferentes escalas espaciais e em territórios selecionados da cidade. Estamos diante de técnicas “discretas” e “silenciosas” que fazem da captura e da exposição de imagens visuais o seu recurso geoestratégico de esquadramento dos comportamentos sociais e, a partir daí, impõem a disciplina aos corpos e às ações no espaço urbano. A estetização da paisagem combina-se com o controle e a vigilância dos corpos estranhos e rebeldes, com o objetivo de figurar uma cidade da ordem em oposição ao caos. O *urbanismo décor* revela sua face oculta: um poderoso instrumento de regulação coercitiva da vida social nas cidades.

As novas práticas urbanísticas em favor da identidade local caracterizam-se por sua retórica de substituir as instituições disciplinares em crise – a casa, a escola e a empresa – que teciam a complexa capilaridade da dominação social. A cidade é socialmente instrumentalizada para responder à nova disciplinarização dos corpos, constituída pelo jogo catódico de imagens simulacionais e pelo aprofundamento da fragmentação social do espaço. A reificação das relações sociopolíticas reproduz-se nas cidades como expressão do fetichismo de um mundo convertido em imagens. Imagens que se banalizam e logo se degeneram no ato de sua difusão massificante, para serem imediatamente substituídas com o mesmo teor generalizante da ilusão de um presente perpétuo... sem futuro. A imagem-clichê do caos como recurso mimético de ordenamento territorial da cidade institui-se para desativar a potencialidade social das lembranças, pois a lógica fragmentária do

caótico encerra a imaginação em passagens labirínticas e se impõe com o apagar da memória social depositada nas ruas, nas fachadas dos prédios, jardins, praças, becos e vãos que compõem o complexo mosaico das cidades.

Formas homogêneas começam a definir a organização material e estética do espaço, reprimindo e condenando as diferenças para estabelecer um processo *standartizado* de consumo como modo de vida. Esse movimento imprime uma perda progressiva de nossas pequenas histórias e, com elas, perdemos também nossas vinculações com a vida na/da cidade.

Forma e ideologia do caos na reprodução da hegemonia social urbana

Com a estetização da forma urbana recrudescer o tratamento estratégico do espaço como reprodução de hegemonias sociais. Estas se impõem pela demarcação social de territórios exclusivistas de bem-estar e segurança, a exemplo dos condomínios fechados e edifícios-fortaleza. Revelam-se os registros de reiteração da segregação social urbana, alimentada por radicais contradições sociais que, na atualidade, assumem a expressão suprema da *gentryfication* de pedaços da cidade diante do crescente empobrecimento econômico de imensas parcelas da população urbana. Esse movimento é definido por um conjunto de práticas sociais que BOAVENTURA SANTOS (1999, p.103) identifica como uma forma fascista de sociabilidade, produto da privação de direitos políticos e sociais característicos do *apartheid* urbano:

“Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas de natureza do estado hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem

sob constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neo-feudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (...). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a se transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e que por isso é comum à ação estatal e não estatal."

Essa cartografia urbana é permanentemente alimentada através dos apelos à normatização da cidade diante do caótico e resulta na produção/organização de estratégias locais de afastamento dos indesejáveis – migrantes pobres, população de rua, deserdados do mundo do trabalho –, como também as de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos (favelas e periferias) e, sobretudo, como negação às reivindicações e exigências sociais dos pobres em relação aos seus direitos à cidade.

As práticas de *apartheid* urbano amparam-se no objetivo, sempre pretense, de defender o cidadão-consumidor da "barbárie" instaurada pela desintegração do tecido social e das ameaças de não-governabilidade da cidade caótica. Tais ações discricionárias são notoriamente acompanhadas pela violência policial do Estado e das corporações privadas de segurança, com objetivo de garantir a "civildade" local e privada na cidade. Trata-se de processo ideológico-policial que vem definindo situações de exceção e "estados de sítio" que são decretados nas ações de controle e repressão sobre determinados lugares das cidades, sobretudo nos espaços populares, como favelas, subúrbios, periferias e quarteirões étnicos.

Podemos afirmar que a atual busca de invenção da "vida comunitária" – a partir do redesenho ou requalificação dos lugares –

recria uma forma de ordenamento territorial urbano que tende a uma forte repartição de populações, reforça a segregação de convivências e, no seu limite mais dramático, anula possibilidades de se criar novos sentidos para a própria vida na cidade. Entretanto, a imagem do caos como representação da crise urbana conforta e naturaliza a hierarquia social e sua morfologia espacial e, principalmente, mascara a radicalidade das desigualdades sociais ao banalizar a decomposição da civilidade diante da hegemonização econômica do território urbano e de seus efeitos perversos de limitação das possibilidades de uso da cidade fora da esfera de produção/consumo urbano dominante.

Para SENNETT (1988), cidade e civilidade possuem raízes comuns. A civilidade se constituiria no ato de tratar os outros como se fossem estranhos e, ao mesmo tempo, tecer relações de convivência social. Apesar de esse comportamento sugerir uma certa distância, é na sua presença que a cidade se torna um estabelecimento humano onde os estranhos se encontram. A geografia pública de cidade começa a ser delineada quando o desejo de viver com o(s) outro(s) se torna uma prática comum e ganha o abrigo institucional necessário. Assim, a cidade se configura, por excelência, como um espaço de encontro entre diferentes e desconhecidos, contribuindo para que os seres humanos se tornem mais ricos de experiências no seio da vida societária.

Contudo, assevera SENNETT (1988), as idéias e as práticas do *viver em comum* vêm corroendo a relação cidade-civilidade, em função da redução da experiência comunal ao idêntico e ao próximo. A escala do privado se impõe e reduz as relações sociais nos marcos de concepção degradada de comunidade. Os considerados como forasteiros, desconhecidos e dessemelhantes tornam-se criaturas a serem evitadas ou rejeitadas pelo *exclusivismo comunitário*. O ato de compartilhar as experiências societárias é recortado pelas decisões sobre quem pode e deve pertencer ao território "comunal"

Metáforas geográficas passam a justificar o abandono da solidariedade sociopolítica em favor de imagens coletivas fundadas na etnicidade, no *quartier* e na região. Essas imagens geralmente sinalizam a perda da identidade política e social em favor de concepções exclusivistas e reacionárias:

"A comunidade se tornou ao mesmo tempo um retraimento emocional com relação à sociedade, e uma barricada territorial no interior da cidade. A guerra entre a psique e a sociedade adquiriu, assim, um foco verdadeiramente geográfico, que veio substituir o antigo foco do equilíbrio comportamental entre o público e o privado. Esta nova geografia é a do comunal versus o urbano; o território dos cálidos sentimentos e o território da indiferença" (SENNET, 1988, p.366).

Portanto, não estamos tratando exclusivamente de um período marcado pelo aprofundamento da separação entre o público e o privado, mas sim de um esvaziamento da cidade como espaço de mediação entre essas duas esferas da sociabilidade humana. A cidade perde o papel de um espaço de encontros entre próximos e distantes, capaz de iluminar as diferenças do ato de viver em sociedade. A desmontagem da indistinção entre o público e o privado é expressão mais radical da crise da sociedade urbana contemporânea. Indistinção que a ideologia do caos oculta e os dispositivos urbanísticos atuais insistem em reproduzir com suas intervenções locais e discricionárias.

A tessitura dos acontecimentos demonstra que estamos diante de uma reconfiguração espacial das cidades; descontínua, é verdade, porém reconfiguração. A segmentação espacial das intervenções urbanas está fundada nas mudanças de concepção de mundo e suas implicações na reprodução das relações sociais. Enquanto isso, o modelo urbano dos modernos

reinventava o espaço geométrico por meio da criação de um centro, ponto de fuga para onde um feixe de linhas retas convergiam e faziam o predomínio do mapa sobre o território e deste sobre a paisagem. Os chamados pós-modernos ensaiam a pragmática de uma cidade policêntrica, onde o território não é mais garantia da duração da paisagem e o mapa é um rascunho sempre provisório e incerto das relações sociais, tornando a cidade um território da hiper-realidade da mercadoria: *"nada de relevo, de perspectiva, de linha de fuga, mas uma tela total onde os painéis publicitários e os produtos na sua exposição ininterrupta jogam como signos equivalentes e sucessivos"* (BAUDRILLARD, 1980, p.8). Enquanto a primeira concepção recebia sua gênese do sujeito universal (cartesiano) autocentrado na Razão, a segunda é expressão dos estilhaços do indivíduo do contrato social: o consumidor. DAVIS (1989, p.94) aponta, sem sutilezas, as atuais mudanças nas concepções e práticas do urbanismo:

"Onde quer que o arranha-céu 'clássico' tenha romantizado a hegemonia da burocracia corporativa e da produção de massa, a torre pós-moderna tornou-se apenas um pacote de espaço padronizado pronto para ser embrulhado para presente ao gosto do cliente."

Os recursos empregados para a mimetização das cidades incluem a recombinação de estilos variados, constituindo uma acumulação de cenários pasteurizados que confessam no *visual eclético e arrojado* a sua completa falta de estilo. Assim, colunas góticas e pórticos barrocos podem se misturar com arcos otomanos em edifícios com fachadas de vidro fumê que, por sua vez, se assemelham às pirâmides egípcias. Tudo se parece com nada. Dispersão, fragmentação, citação e colagem são as novas palavras de ordem para substituir a consciência histórica por um repertório de simulacros da

crise estética e cultural em que mergulhamos. Afinal, em uma sociedade hegemônica pelo capital dinheiro, o princípio dominante da forma é não ter forma alguma... é tornar-se equivalente geral. E, assim como as imagens, os produtos e as coisas também não são feitos para durar:

"Quando esses prédios descartáveis se desfizerem, novos cenários se erguerão por entre as velhas (novas) ruínas. A falta é o fruto da efemeridade urbana, e esta surge ao flunar incessante do homem em torno de si mesmo e sua existência largada no espaço/tempo" (TRIGO, 1989, p.20).

Aqui reside um aspecto fundamental para nossa reflexão: a proliferação de uma cultura autoritária e narcísica que oblitera as possibilidades de criação de identidades concretas. A efemeridade da paisagem urbana é fruto e semente de uma sociedade em que a submissão torna-se uma forma de prazer e o gozo transforma-se em dever, sobretudo por meio do consumo de objetos e imagens. Para os indivíduos cada vez mais auto-referentes, a satisfação das necessidades converte-se em uma resposta incessante (e enganosa) à insatisfação e/ou irrealização dos desejos colonizados pela sensualidade da mercadoria. O indivíduo flana em torno de si mesmo, ou melhor, em torno de suas necessidades que, na verdade, foram e são programadas e dirigidas por outrem: a falta nunca é preenchida. O narcisismo que daí resulta não reconhece a existência do outro, a possibilidade do outro e, evidentemente, não admite qualquer encontro ou presença do diferente, delimitando, inclusive, indivíduos e grupos sociais que são considerados (moral e socialmente) como supérfluos. Entende-se o porquê do reforço à clivagem territorial entre ricos e pobres, semelhantes e estrangeiros, idênticos e diferentes, que consagra o *apartheid* no espaço urbano contemporâneo.

Por outro lado, o tempo e o espaço aparecem estilhaçados no cotidiano das cidades, pois a produção/consumo de objetos e imagens é voraz. Sua exigência máxima é fluidez; a fluidificação do tempo e do espaço com o objetivo de garantir o processo de acumulação ampliada de lucros econômicos. As técnicas da velocidade são instrumentalizadas para o fluir constante das trocas, constituindo circuitos que reduzem distâncias físicas para a realização da mais-valia, porém radicalizam as distâncias sociais. Sob essas condições, a existência social migra sem sair da fixidez das relações exclusivas, porque perde seguidamente suas referências concretas de existência, cada vez mais recodificadas no espaço abstrato do mercado e nas distinções de *status* no consumo material e simbólico dominante em nossa sociedade. Por outro lado, a fluidez do processo de produção/consumo requer paisagens em constante mutação, desvinculadas de identidades historicamente construídas e disponíveis para a representação estética da mercadoria. Revela-se então o sentido "totalizador" das intervenções urbanísticas que tanto privilegiam escala local: transformar a paisagem em uma esfera do consumo visual, cada vez mais abstraída da lógica de (re)produção mercantil do espaço urbano.

Sob a égide de uma identidade abstrata e efêmera edificada pela cultura narcísica, o ato de viver na cidade torna-se cada vez mais mecânico e programado, promovendo um processo inaudito de reificação das relações sociais que conformam a profunda crise da esfera pública, cujo significado mais explícito pode ser observado no desapego e na ausência de compromisso com a vida social e no enfraquecimento dos atos e comportamentos de caráter mais coletivo no espaço urbano.

Enquanto a nova lógica de reprodução ampliada do capital e as forças de dominação social ganham vigor na cidade, a imagem do caos despolitiza a sua radicalidade opressiva e naturaliza os conflitos sociais. Assim, as contradições espaciais abertas nas cidades podem

ser vistas e localizadas pelo ângulo da técnica e da ideologia que, sem muitas sutilezas, legitimam o neopragmatismo urbanístico que se arrega a ser o salvador do *civitas*.

A estetização do mercado como positividade do caos

Entretanto, o caos não é apenas uma forma imediatamente negativa através da qual se constitui um certo "olhar" sobre a forma da cidade. O caos recebe também o *status* de conteúdo inerente às novas condições urbanas, e que comprovaria, ao contrário da posição anteriormente descrita, a fertilidade e a dinâmica do sentido da vida na cidade. *Se o caos é o mal-estar da sociedade urbana, ele também pode vir a ser um futuro bem-estar*, e, assim, assumir um papel positivo no reordenamento do espaço urbano.

Em voga nas chamadas ciências exatas e biológicas, a teoria do caos se constituiu como um modelo explicativo, a partir do reconhecimento da imprevisibilidade, da irregularidade e aleatoriedade dos fenômenos que, até então, pareciam pertencer a uma ordem fechada e padronizada dos acontecimentos. E, curiosamente, o próprio caos e todo o seu cortejo de inderavibilidade e incerteza responderia, oculta e por um outro tipo de ordenamento presente no universo.

Transposto sem muitas sutilezas para o plano das ciências sociais, o caos é tomado como um "modelo explicativo" da cidade contemporânea e, ao mesmo tempo, um sentido inerente ao próprio conteúdo do urbano da *pós-modernidade*. O caótico seria, então, a marca emblemática e o selo de qualidade da cidade neste início de século (?!). Trata-se, portanto, da aceitação da turbulência como modo de vida e como momento da existência viva da *urbis*! O caos é revisto. É elevado à condição de fonte inesgotável da vida e de toda mudança.

Como teoria explicativa e *aura mágica* da cidade, a imagem reciclada do caos nos

induz a acreditar na possibilidade de valorização da iniciativa pessoal e todo o seu corolário de autodeterminação individual na vida em sociedade. Essa mesma matriz retórica serve para defesa da individualização necessária dos lugares perante a ordem abstrata e generalizante de qualquer *ilusão* de totalidade. No discurso de positividade do caos, sua existência é entendida como descontinuidade, como ruptura com as estruturas "inertes" e como inspiração dos indivíduos contra a *matéria informe e monótona* constitutiva de conjuntos ou expressões geográficas mais amplas (cidade, região e país são tomados como meras entidades abstratas). Assim, no pseudomodelo teórico do caos, a indeterminação e aleatoriedade são concebidas como salvaguardas para romper com todas as hierarquias reguladoras e as ordens fechadas que negam o livre-arbítrio e, principalmente, a livre-ação do indivíduo para viver e fazer suas oportunidades. Trata-se da celebração do indivíduo que, para sobreviver na "selva neoliberal" de cada dia, precisa desenvolver táticas exclusivas e sempre adaptáveis ou flexíveis de sobrevivência diante da competição predatória, traço comum à nova estrutura profissional urbana, demarcada pelas atividades de serviços, publicidade, seguros, informática e finanças. O caos significa viver permanentemente na incerteza do dia seguinte e fazer dessa experiência uma fonte inesgotável da criatividade humana (!?). É viver em plena estetização do mercado de força de trabalho, cujos critérios de inclusão são balizados pelo *espírito competitivo*, pela *rentabilidade pessoal* ou pela *performance individual*.

O discurso imagético do caos induz, no plano das práticas sociais, aquilo que hoje subjaz na ordem das redes globais da finança e da informação, em que as ações são cada vez mais velozes e suas conseqüências pouco previsíveis. As cidades, na condição de lugares privilegiados nas tramas dos circuitos mundializados, precisam ser adequadas a esse novo modo e ritmo de reprodução do capital, em que a

velocidade é a marca e a imprevisibilidade parece ser a tônica. A fórmula para o sucesso das cidades parece ser simples: assumir a potencialidade criativa do caótico para candidatar-se ao mercado e ao dinheiro tornados globais. O individualismo e a habilitação para o livre mercado encontram uma estranha correspondência estético-funcional que se realiza como espaço por meio da seleção de lugares, evidentemente adaptados às condições sempre mutantes do ambiente técnico e financeiro da competitividade empresarial. Emerge uma nova moral e uma nova norma de existência urbana que contamina as mais diversas escalas das relações sociais. O ressurgimento do darwinismo social poderia encontrar terreno mais fértil?

Nesse sentido, a lógica do caos é valorizada e proclamada como campo de oportunidades contra a *vida padronizada e reguladamente massificante* da cidade. O caos revela-se como fonte da incerteza fertilizadora e estímulo de realização da liberdade individual (!?). Finalmente parece que estamos libertos da angústia gerada pela indeterminação do dia seguinte e, mais do que tudo, a valorização do caótico "*alivia e suaviza a disposição das sociedades capitalistas dos últimos tempos e lhes dá, simultaneamente, a expectativa tensa e relaxada de viver uma ética e uma estética de riscos sempre novos*" (MENNINGHAUS, 1996, p.136). O truque de prestigeador consiste em dar a impressão de que fazemos escolhas livres, quando na realidade estamos submetidos às hierarquias e normas de produção e consumo de uma sociedade supostamente permissiva, porém violenta e autoritária na sua nervura neoliberal. E, ainda assim, acreditamos na magia de horizontes abertos e da existência do imponderável como futuro, mesmo diante da rápida caducidade e obsolescência do mundo programado pelo consumo (material e simbólico) dirigido.

Essa nova "sociabilidade" preconizada pela aceitação da indeterminação do caos acomoda-se perfeitamente à insegurança comum à flexibilização do mercado de trabalho, bens e

capitais, como também responde no plano ideológico pela (re)totalização do espaço homogêneo que radicaliza a dispersão dos corpos (segregação territorial) e a desintegração da vida social (trabalho, cultura, ludicidade, sexo, prazer e gozo). Em função desse novo/velho projeto de hegemonia social, a cidade "democrática" deve se inspirar no caos, estar aberta às novidades para desembaraçar-se da história e acatar a "*volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas*" (HARVEY, 1993, p.258). Essas novas condições configuram o novo tipo de *empresariamento* econômico e cultural do espaço urbano que se fundamenta na localização menos rigorosa de serviços infra-estruturais de energia e informação, além de se caracterizar por uma rápida obsolescência técnica das atividades de produção e estruturação do consumo.

Nos quadros desse novo *empresariamento* do espaço urbano, a intervenção na escala local torna-se prioritária, pois os lugares se configuram como espaços flexíveis de alocação de provisões e recursos mais adaptáveis ao movimento de circulação do capital multinacional. Novas hierarquias urbanas se constituem a partir das escolhas locacionais, mesmo que estas apenas signifiquem pequenas variações em termos de relações contratualistas entre as empresas e a força de trabalho, de regulação e investimento governamental, de infra-estruturas de produção e de mercado consumidor. Tais ações estratégicas exemplificam o atual poder coercitivo do capital, hoje muito mais exigente e discriminatório no que diz respeito às suas bases materiais e ideológicas de (re)produção e de consumo urbano.

A competição na escala dos lugares acirra e aprofunda a competição no interior das redes urbanas e, ao mesmo tempo, torna-se mais predatória, pois se realiza de modo cada vez mais coercitivo, fragmentário e pouco previsível. Explica-se porque a instabilidade tornou-se a marca comum das grandes metrópoles, e

a ideologia da positividade do caos urbano a sua fonte legitimadora.

Sitiada pela imagem modelar do caos, a cidade é pura descontinuidade, e sua estrutura incerta e fragmentária é condizente com o fim da história, ou melhor, com a negação de toda a sua historicidade. Para uma "sociedade da incerteza permanente" somente é possível uma "cidade de riscos permanentes". As cidades nada mais representam do que aglomerados de ilhas de infortúnio e/ou de prosperidade cuja duração é sempre imprevisível. Daí é possível argumentar, como certos sociólogos de sucesso editorial e prestígio acadêmico, que vivemos em um "mundo urbano sem cidades" ou proclamar que habitamos "cidades sem cidadãos" sombriamente redefinidas por guetos, hordas e tribos. Tais argumentos que fazem tábula rasa das lutas, anseios e sonhos de uma cidade mais bela e igualitariamente democrática, mas contribuem para dar cobertura ideológica às ações e relações imediatistas, narcísicas e individualistas. Estas demonstram-se completamente desprovidas de sentido coletivo de criação da vida e, por isso, são confessadamente incapazes de constituir um projeto social mais amplo de cidade e cidadania. Talvez seja mais reconfortante para o vezo pequeno-burguês olhar a cidade como um aglomerado de cacos do que ver as resistências cotidianas dos sem-teto e sem-emprego. Vencendo pela saturação invasora no nosso cotidiano, a imagem do caos deixa distante a cidade que habitamos, para nos impor a condição de nômades amedrontados, solitários e sem rastros. Por outro lado, o domínio "tátil" da imagem da cidade caótica resulta da nossa própria tolerância política e intelectual com a fragmentação da vida.

Os ideólogos da "irregularidade promissora" do caos convidam-nos a aceitar o inevitável, a incerteza e o imprevisível como parte da certeza de nossa existência e, mais radicalmente, naturalizam as condições/contradições histórico-geográficas da cidade. Da imagem do caos elabora-se um jogo de simulacros de dominân-

cia tátil, que faz mais palatável a desregulamentação da economia e das relações de trabalho, a privatização do patrimônio que deveria ser público (incluindo-se neste item não somente os equipamentos e meios infra-estruturais do abastecimento urbano, como também as ruas, as praças e os jardins), e a transferência para o espaço do mercado das questões de qualidade eminentemente sociopolítica e cultural. Acumulação flexível e indivíduo flexível são faces de uma mesma moeda. Desse modo, a estetização do mercado e a ideologia do caos combinam-se e misturam suas tinturas no *geist* neoliberal.

É possível identificar, sem muito esforço, que se conserva no novo pragmatismo urbanístico a política (e a ideologia) que define o espaço como vazio e passível de ser preenchido com objetos, fluxos e redes de relações. É essa concepção conservadora que impõe isotopias arbitrárias como estratégias que reproduzem a fragmentação do espaço e esvaziam o sentido mais pleno de habitar uma cidade.

Superando os limites da imagem do caos como representação do sentido da cidade

Ocultada na nuvem a-histórica do caos, a cidade tende a perder a sua condição de registro da tensão permanente entre a racionalidade geométrica imposta ao espaço e o emaranhado de existências humanas (CALVINO, 1990b) e resume-se a um cenário reificado de fragmentos. Contudo, os impasses, conflitos e contradições da sociedade revelam-se teimosamente no urbano – expressão da estrutura totalizante do modo de (re)produção e acumulação capitalista – e, em particular, na cidade, que é seu nódulo de tensões.

Embora reconheçamos os limites das imagens do caos, podemos tomá-las pelo avesso para mudar radicalmente os seus sentidos correntes e explorar o abismo entre a simulação e a expressão da cidade contemporânea.

A *cidade caótica* parece demonstrar, simultaneamente, a remodelagem das condições de reprodução do capitalismo e as resistências, nas fímbrias do cotidiano, ao processo brutal e pluri-escalar das mudanças impostas ao espaço pelo regime burguês de acumulação de riqueza e poder. É nessa perspectiva que a cidade pode assemelhar-se ao caos, ou melhor, ao *espaço catástrofe*, expressão conceitual de HENRY LEBEVRE (1978) que designa a ruptura, a clivagem, a desestabilidade e, ao mesmo tempo, o momento de passagem de uma espacialidade para outra.

Portanto, a cidade é uma escrita de práticas socioespaciais diferenciadas e antitéticas que, em última análise, exprimem e renovam a radicalidade do conflito entre a apropriação social e a propriedade privada. São duelos entre a transgressão e a dominação social colocados em pauta, de modo mais radical, no processo de *apartheid* territorial em curso nas cidades. Estamos diante de rumos distintos colocados em causa sob a aparência do caos, porém escritos e vividos como forma e conteúdo do espaço geográfico. É com essa marca que a força dos lugares emerge nas cidades e redefine o caos em termos de movimento e contradição, superando sua imagem banalizada de desordem e a dialética rarefeita da fragmentação.

Se os lugares são componentes estratégicos do instrumental urbanístico em vigor, também são a expressão das resistências, dos conflitos e das tendências manifestas do real. Nos lugares os corpos ganham fala e movimento, é deles o pedaço porque é o tempo do vivido. O conteúdo da apropriação e uso do espaço tem um sentido corpóreo, fazendo dos lugares mundos preenchidos em contraposição às identidades abstratas da hegemonia cultural que precisam decretar o vazio para se estabelecer e reproduzir suas inscrições. Nos lugares opõem-se o corpo concreto como potencialidade da vida e a imagem simulacional como reprodução da privação do espaço social, redimensionando os conflitos entre o real e o simulacro na ordem urbana da atualidade.

A qualidade dos lugares define diferentes níveis de articulação social e cultural. Assim é possível apreender que os lugares complementam-se nas suas diferenças, traçando relações de coexistência. Neles o diverso mostra sua face diante das forças econômicas e culturais de homogeneização. É por meio dos lugares que o vivido reacende suas ações e paixões para exprimir o particular no acontecer hegemônico e reivindicar seu direito à cidade. Portanto, o lugar também escreve um mapa-múndi e revela a sociedade por inteiro – nas suas contradições, privações e lutas sociais –, fazendo da cidade uma síntese de nossas práticas políticas. Aqui reside um fundamento essencial que o velho e o novo urbanismo ainda não podem suprimir: o espaço como materialidade diferencial. Cada lugar só se realiza na presença de outros, seja por oposição ou coesão solidária que os vincula em um conjunto mais amplo. Portanto, da cidade globalizada constituída a partir de um rizoma multipolar que se estende como uma alegoria dramática da homogeneização de formas e funções urbanas planetárias, poderão emergir novas e radicais expressões de cidadania, capazes de combinar as escalas mundializadas e locais de lutas políticas. Abrem-se, portanto, as possibilidades da tessitura de novas relações entre sujeitos concretos, tornando-os atores que se reconhecem diante de reivindicações comuns e a partir de identidades socioespaciais.

O lugar é geografia, como afirma RICHARD SENNET (1999), porque é um espaço para a política. Contudo, o uso do pronome “nós” só assume potência transformadora quando estabelece uma relação de pertencimento, quando cria os lugares de encontro e faz a distinção entre o que é comunidade e o que é barricada territorial ou gueto que se ergue contra a cidade. Essas distinções fazem dos lugares um terreno onde as estratégias sociais ganham significado e verdadeiramente se esclarecem como esfera da política. E é indispensável

lembrar que o discurso e a prática política possuem a propriedade de revelar a identidade dos sujeitos sociais.

Os lugares são espaços do agir e da participação nos destinos da cidade. Configuram a possibilidade de recriação do espaço público, pois resultam do encontro entre próximos e distantes, entre conhecidos e desconhecidos e entre semelhantes e dessemelhantes: um espaço de visibilidade para a fala e para a ação de homens e mulheres concretos que revelam o que somos e, principalmente, quem somos.

A cidade possui – na sua qualidade de ser um constructo complexo de lugares – um sentido político explícito, porque ela é a expressão da vida de homens e mulheres que buscam construir seus destinos, os quais, por força da sua concretude espacial, se encontram entrelaçados. Portanto, precisamos acreditar na nossa capacidade de criação de um sentimento mais coletivo de reconhecimento público da cidade como espaço da vida e, a partir daí, cons-

truir um processo radical de reapropriação ética e estética da *urbis*. Estamos diante de um desafio inadiável: a criação de um projeto de cidade capaz de encaminhar a superação da rudeza da realidade social e alienação dos simulacros que a *metropolização globalizada* impõe. Isto requer o aprofundamento da crítica intelectual a respeito do ato de viver na cidade, necessariamente associado aos esforços políticos de ampliação dos *espaços de visibilidade* na ordem urbana contemporânea. E, nesses dias marcados pela desesperança, é sempre bom lembrar, com Walter Benjamin, a possibilidade de um outro futuro:

"O dia jaz cada manhã como uma camisa fresca sobre a nossa cama: esse tecido incomparavelmente denso, de limpa profecia, assenta-nos como uma luva. A felicidade das próximas 24 horas depende de que nós, ao acordar, saibamos como apanhá-la."

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. "La fin de la modernité ou l'ère de la simulation" In: *Encyclopaedia Universalis*. Paris: Encyclopaedia Universalis France, vol.17. 1980, p.8.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.126.
- CALVINO, Italo. *Seis Propostas para o Próximo Milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- DAVIS, Mike. A Renovação Urbana e o Espírito Pós-moderno. In: *Revista Espaço & Debates*, n.27, 1989, p.94.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, p.258.
- HARVEY, David. "Flexible accumulation through urbanization: reflections on 'post-modernism' in the American city." *Antipode*, vol.19, 1987.
- LEFÈBVRE, Henri. *De l'Etat*. Paris: Union Générale d'Éditions, tome III, 1978.
- MENNINGHAUS, Winfried. "Mitologia do Caos no Romantismo e na Modernidade" *São Paulo: Estudos Avançados* (10) 27. USP, 1996, p.136.
- SANTOS, Boaventura Santos. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco (org.) *Os Sentidos da Democracia*. São Paulo: FAPESP/Vozes, 1999, p.103.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRIGO, Luiz G. Godoi. "A Perda e a Falta" In: *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. São Paulo: Papyrus, 1989.

